

VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS

Catarina Morais

A situação do emprego dos trabalhadores em geral, e das mulheres trabalhadoras em particular, piorou desde o último congresso, a pretexto da pandemia, devido à insuficiência e desadequação de medidas de resposta e, mais recentemente, por efeito das sanções e do contexto da guerra na Ucrânia. Muitos problemas não resolvidos acentuaram-se porque o modelo de baixos salários e precariedade laboral continua a imperar no nosso país.

No sector privado o bloqueamento da contratação colectiva é o grande entrave à melhoria dos salários e das carreiras profissionais, por via das normas gravosas do Código do Trabalho.

Na Administração Pública a recusa de sucessivos governos em actualizar anualmente os salários determinou a perda de poder de compra desde 2010, a que se vêm somar os efeitos dos aumentos de preços na actualidade.

Chegadas a este ponto constatamos que uma em cada dez mulheres trabalhadoras é pobre, de acordo com as estatísticas oficiais, mas a realidade é muito mais grave.

Os baixos salários são a causa deste problema que afecta centenas de milhar de mulheres trabalhadoras. E há muitas outras que não sendo classificadas estatisticamente como pobres vivem com grandes dificuldades económicas.

Um milhão e cem mil trabalhadoras ganham no máximo até 800 euros de salário base, o que corresponde a cerca de dois terços das mulheres trabalhadoras. Entre estas, cerca de meio milhão ganha apenas o salário mínimo nacional, que em termos líquidos é de 627 euros.

Até 1000 euros são um milhão, trezentas e sessenta mil, quase três quartos do total.

Elas continuam a ganhar 13% abaixo dos que ganham os homens trabalhadores, um diferencial que só aproveita ao capital.

A ligeira diminuição verificada nos últimos anos da diferença entre os salários de mulheres e homens, deve-se mais à estagnação dos salários dos trabalhadores em geral e ao aumento, ainda que insuficiente, do salário mínimo nacional do que à melhoria dos salários das mulheres trabalhadoras.

No quadro do agravamento das condições de vida devido aos baixos salários e à inflação galopante por efeito da guerra e das sanções, mas também por via da especulação dos preços da energia e dos bens essenciais que verifica desde o final de 2021 - realizada por grandes grupos económicos que acumulam milhões de euros em lucros enquanto os trabalhadores e as

camadas desfavorecidas da população empobrecem – as mulheres trabalhadoras e o país precisam com urgência de um aumento geral dos salários.

A valorização dos salários é um imperativo para a emancipação das mulheres trabalhadoras e para a melhoria das suas condições de vida, mas também um factor de dinamismo do crescimento económico e do desenvolvimento social.

Aumentar os salários, pondo termo ao bloqueamento da contratação colectiva, através da revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, que constituem grandes entraves à livre negociação é uma urgência nacional.

Na Administração Pública urge repor o poder de compra perdido desde 2010 e valorizar os trabalhadores do sector, a maioria mulheres.

É urgente também o aumento do salário mínimo nacional e garantir o cumprimento do princípio de que a trabalho igual corresponde um salário igual para trabalho igual.

A luta por melhores salários exige também a erradicação da precariedade do emprego, que resulta em salários entre 25% e 40% inferiores aos que auferem os trabalhadores com vínculos permanentes.

O MDM bater-se-á pelo aumento dos salários, pela emancipação e melhoria das condições de vida das mulheres trabalhadoras, pela igualdade na lei e na vida.

Viva a luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação!

Viva o MDM!